
**CULTURA TUPIGUARANI EM ALAGOAS:
Levantamento inicial da distribuição de sítios arqueológicos da Tradição Ceramista Tupi em
terras alagoanas.**

**TUPIGUARANI CULTURE IN ALAGOAS:
Initial survey of the distribution of archaeological sites of pottery tradition in Alagoas state.**

João Carlos Lima de Morais¹

RESUMO: Esse artigo, por meio do levantamento de informações em relatórios de projetos arqueológicos obtidos na Superintendência do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) em Alagoas, tem por objetivo fazer um mapeamento – embora ainda muito superficial – da distribuição dos sítios arqueológicos da Tradição Tupi no Estado de Alagoas, tendo como foco dois novos sítios – Sítio Tiborna e Sítio Mamão – encontrados no ano de 2012 da tradição já referida em terras alagoana e elucidar quais são suas características com base em estudos e pesquisas já realizadas em outras partes do Brasil, principalmente da região Nordeste, atentando principalmente para a questão da produção ceramista dos povos associados aos Tupi.

PALAVRAS-CHAVE: Arqueologia, Pré-História, Tupiguarani, Cultura Material

ABSTRACT: This article, through the information gathered in reports of archaeological projects obtained at IPHAN's Superintendence (National Institute of Historic and Artistic Heritage) in Alagoas, aims doing a mapping – though very superficially – of the distribution of Tradição Tupi's archaeological sites in the state of Alagoas, focusing on two new sites – Sítio Tiborna and Sítio Mamão – found in the year of 2012 in the referred Tradição Tupi in lands pertaining to Alagoas and elucidate which are their characteristics based on researches and studies already performed in other parts of Brazil, principally in the Northeast Region, mainly noting the ceramist production issue of the people associated to the Tupi.

KEY WORDS: Archaeology, Prehistory, Tupiguarani, Material Culture

(recebido em 08/04/2013, aprovado em 25/05/2013)

Apresentação

Compreender os índios em seus mais variados aspectos não é tarefa das mais simples, pois os povos com que os europeus de além-mar aqui se depararam no século XVI não possuíam uma forma de escrita (pelos menos não uma que segue os parâmetros da escrita ocidental) na qual registrara seus

1 Orientando no Departamento de História – UFAL.

costumes e práticas; suas ideias e seus ideais; sua história. Tradicionalmente, o que nos chega como conhecimento desses povos vem do que fora escrito por cronistas que acompanhavam as expedições exploradoras que aqui desembarcavam e que descreviam as “maravilhas do Novo Mundo” e por missionários (jesuítas, franciscanos etc.) em suas missões a fim de catequizar os índios e salvar suas almas, objetivo esse que foi um longo e duro processo de aculturação. A obtenção de informações por esse meio consiste nas chamadas fontes primárias, que tiveram como principais contribuintes, entre outros, os nomes de Soares de Souza (1587), Cardim (1625), Nóbrega (1549-70) e Anchieta (1554-68) (DANTAS *et al*, 1992).

Outra forma de estudar a cultura dos povos indígenas encontra-se na Arqueologia e seus estudos sobre o homem, tendo como base a cultura material produzida pelo homem. Os estudos arqueológicos, valendo-se dos utensílios utilizados no cotidiano dos povos, também se valem de documentos históricos – quando esses existem – na procura de uma interpretação mais aprofundada a respeito de civilizações não mais existentes. Dessa forma, por meio das relações entre as informações coletadas tanto de uma fonte quanto de outra, os dados arqueológicos tanto podem dar outra concepção sobre os fatos ocorridos como também complementar os registros escritos, já que Arqueologia e História são dois campos do saber que se complementam.

Para uma compreensão ampla dos modos de vida dos habitantes do território brasileiro antes da chegada dos europeus, é necessário desconsiderar, muitas vezes, os limites geopolíticos, pois a divisão em regiões e posteriormente em Estados no qual se encontra o território brasileiro hoje é uma ideia que começa com a efetiva colonização do Brasil: os seus contornos regionais [do Brasil] tal qual hoje conhecidos só se tornariam nítidos no contexto do empreendimento colonial e no da própria nacionalidade brasileira emergente, a partir do século XVIII (DANTAS *et al*, 1992: 431). Estes limites não faziam parte do universo indígena. Aqueles que pertenciam ao tronco Tupi-guarani, por exemplo, espalhou-se por todo litoral brasileiro, de norte a sul, sem contar algumas ramificações no interior do território, avançando até mesmo para além do atual Brasil (alcançando o Uruguai e a Argentina, o Paraguai e a Bolívia), como apontam Gabriela Martin (1999), Brochado (1989) e André Prous (2007). Esse último, em seu livro *O Brasil antes dos brasileiros*, considera essa ramificação Tupiguarani como “mais parecendo uma teia de aranha que um território contínuo” (2007: 98).

Tratando mais especificamente do objeto de estudo do trabalho, procurar-se-á caracterizar a cultura Tupiguarani com base nos estudos de Prous (1992, 2005, 2007), Martin (1999), Nogueira (2011), entre outros pesquisadores, dando ênfase ao que Prous denomina de “domínio proto-tupi” por ser este característicos nas pesquisas arqueológicas da região nordeste, que é a região de foco desse estudo. Posteriormente, através de Funari (2006) e Pesez (1993), o conceito de cultura material será trabalhado, dando ênfase à importância desta para a compreensão dos estudos indígenas.

Uma rápida consideração se faz necessária sobre a nomenclatura empregada nesse trabalho: distingue-se aqui a diferença entre as nomenclaturas *tupi-guarani* e *Tupiguarani* (sem hífen), e o uso, neste artigo, da segunda em relação à primeira. *Tupi-guarani* é uma nomenclatura atribuída às tribos indígenas falantes das línguas Tupi e Guarani, que se constituíam em idiomas muito próximos um do outro. Já *Tupiguarani* consiste na nomenclatura atribuída por arqueólogos à tradição² ceramista que abrange todo o litoral brasileiro, tendo algumas regiões mais intensidade que outras. Com relação à língua, Gabriela Martin diz que:

Os colonizadores denominaram “língua geral” ao idioma indígena mais falado ao longo da costa brasileira, que correspondia as distintas variedades do Tupi antigo. Essa língua, hoje perdida como idioma falado por grupos vivos, foi coligida nos dicionários e repertórios elaborados pelos missionários que tinham especial interesse em conhecer as línguas indígenas para proceder a catequização dos índios no seu próprio idioma (Martin, 1999: 194).

Prous, separando uma da outra, aponta:

Tupiguarani em uma só palavra, indicando tratar-se de um conceito arqueológico que não corresponde obrigatoriamente aos povos falantes das línguas tupi-guarani (com hífen), embora se supusesse que os autores das peças fossem, ao menos em parte, ancestrais desses povos (Prous, 2005: 23).

Em *O Brasil antes dos brasileiros*, o pesquisador aponta que “a palavra [Tupiguarani] se aplica, portanto, exclusivamente aos achados ligados a um tipo de cerâmica, não implicando homogeneidade automática na língua e nos costumes dos seus portadores” (Prous, 2007: 96).

2 Quando se fala de *Tradição* neste trabalho é necessário apontar que tal termo vem da linguagem arqueológica que surge com o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), desenvolvido entre as décadas de 1950 e 1970, responsável por identificar uma grande diversidade de sítios arqueológicos no território brasileiro: “Desse período de levantamento de sítios pelo PRONAPA, temos o surgimento de uma categoria de análise amplamente utilizada no país, conhecida por Tradições Arqueológicas. Essas são, de fato, conjuntos de identidade técnica ou tipológica dos vestígios, fundamentalmente definidos de maneira arbitrária pelo pesquisador a partir de artefatos-tipo. Assim sendo, temos as tradições arqueológicas como conjuntos específicos para cada natureza material dos vestígios, ou seja, tradições cerâmicas, tradições de pedra lascada ou polida e tradições de grafismos rupestres. A nossa região Nordeste contempla as tradições para grafismos rupestres, conhecidas como Tradição Nordeste, Tradição Agreste, ambas de pintura, e ainda Tradição Itacoatiara, para gravuras em baixo de relevos ou rochas. Outras tradições ainda, como a Tradição Itaparica, que se caracteriza por conjunto associado a artefatos em pedra, e as tradições ceramistas, como Tradição Aratu, Tupi, também ocorrem amplamente pela região. Entretanto, esse panorama arqueológico estabelecido a partir da classificação tipológica dos vestígios não corresponde ao contexto cultural das populações do nosso passado em questão. São classificações do universo vestigial deixado pelos grupos, mas é provável que os mesmos possuíssem um amplo território para exploração dos recursos necessários à manutenção econômica e social distribuídos pela vasta área dos sertões, e inclusive, os mesmos grupos que deixaram vestígios em pedra ou cerâmica, concentrados em determinado sítio, também pintaram ou gravaram as paredes rochosas em outros locais.” Retirado do site de *Coletiva*, revista de divulgação científica produzida pela Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj).

Tendo como base estudos arqueológicos e o uso da cultura material como subsídio para outras interpretações, será utilizado o termo Tupiguarani. Em relação à espacialidade, será utilizado o termo proto-tupi em relação ao proto-guarani³, já que se procurou no decorrer deste trabalho observar a distribuição espacial dos sítios arqueológicos relacionados a estes índios. Isso foi realizado mediante aos relatórios de pesquisas resultantes de projetos de acompanhamento/salvamento⁴ dos arquivos na sede do IPHAN.

As tribos Tupis têm como uma de suas principais características serem povos voltados para as práticas da guerra. A guerra é uma constante na realidade Tupi, coisa que não se repete com os seus “primos” do sul, os Guarani (não que a guerra não fosse presente para os povos desse tronco, muito pelo contrário, mas ela não era tão constante como entre os povos do norte) (Prous, 2005).

Mas essa guerra levada a cabo pelos nativos não deve ser confundida com o senso comum vindo dos exemplos europeus. A guerra dos índios assumia um caráter singular. Era uma guerra de caráter antropofágico: a guerra para capturar vivos guerreiros destinados ao sacrifício, em uma dialética com os ‘contrários’, que eram assim assimilados pela comunidade – processo descrito pelo antropólogo Eduardo Viveiros de Castro (Prous, 2005: 27).

As operações militares em geral não tencionavam conquistar terras [...] nem matar os inimigos, mas prover as tribos de prisioneiros, cujo sacrifício ritual, seguido do consumo da carne, era necessário à continuidade da sociedade. Nesse aspecto, podemos lembrar a existência de diversos sistemas

3 Essa escolha se dá pelo que Prous fala em seu artigo *A pintura em cerâmica Tupiguarani* (2005): “É possível, apesar do parentesco formal entre todas as ocorrências Tupiguarani, distinguir dois grandes conjuntos geográficos, um que denominamos ‘proto-tupi’, que se estende do litoral norte de São Paulo até o Ceará, e outro, ‘proto-guarani’, situado entre o sul do litoral de São Paulo e o norte da Argentina. Esses grupos distinguem-se tanto por formas específicas dos artefatos de cerâmica quanto pelo estilo e pelos motivos de decoração plástica ou pintada. Em cada conjunto seria possível estabelecer subdivisões estilísticas que acreditamos refletirem a extensão de ‘parcialidades’ de cunho político ou étnico” (p. 25). Gabriela Martin também faz uma divisão em sub-tradições “baseada na distribuição regional das técnicas de tratamento das superfícies e nas formas das vasilhas. Haveria, assim, a sub-tradição Leste-Nordeste, a da região Sul a outra, menos caracterizada, correspondente ao Norte e Centro-Oeste” (Martin, 1999: 197). Faço proveito da explicação de Prous por ser de melhor compreensão para elucidar o que venho a escrever.

4 Projetos de acompanhamento/salvamento arqueológico são trabalhos desenvolvidos por empresas privadas de arqueologia ou grupos de pesquisa arqueológicos ligados a instituições federais (como as Universidades Federais) que tem por finalidade o acompanhamento/monitoramento de grandes obras que podem vir a causar grande impacto nos locais em que são desenvolvidos. As empresas responsáveis por tais empreendimentos têm que, por meio de lei federal, ter o aval tanto ambiental quanto arqueológico para dar prosseguimento as suas atividades, devido ao impacto que possa vir a causar no ambiente e no patrimônio material legado por povos que habitavam a região no passado. Sendo identificado o risco, a obra pode ser interditada para que um trabalho de salvamento/resgate do material possa ser feito por equipes de arqueólogos que têm que se preocupar não apenas em retirar os artefatos das zonas que serão diretamente afetadas mas também em fazer uma coleta minuciosa das informações existentes em todo o entorno dos achados, permitindo uma maior e melhor compreensão das atividades desenvolvidas séculos atrás por diferentes culturas.

americanos de guerras rituais, incluindo a “guerra florida” mesoamericana, instituída para prolongar o auto-sacrifício divino que permitiu o movimento do Sol ao redor da Terra (Prous, 2007: 104).

A sociedade que dava suporte a essas práticas, de acordo com os cronistas pesquisados por Prous, constituíam-se em aldeias que eram politicamente independentes e dirigidas por consenso pelos chefes de oca. Mas várias delas costumavam se reunir em confederações militares encabeçadas por chefes de guerra – os *marubixaba*, que podiam mobilizar milhares de guerreiros (Prous, 2007: 104).

No que concerne à alimentação, Prous (1992, 2005, 2007), Martin (1999), Brochado(1989), Nogueira (2011) apontam que os Tupi possuíam uma economia baseada na mandioca⁵, mas que também cultivavam batata-doce, feijão, pimenta, amendoim, abóbora e abacaxi. “A farinha de mandioca, misturada com a farinha de peixe torrada do moquém, que se conservava alguns dias, permitia dispor de reservas alimentares adequadas durante as expedições de guerra” (Prous, 2007).

Em *Pré-História do Nordeste do Brasil*, Gabriela Martin, usando como exemplo o resultado obtido por Marcos Albuquerque em seus trabalhos de prospecção e escavação em sítios Tupiguarani de Pernambuco, nos mostra como seria a ocupação espacial das tribos dessa tradição⁶. Em um primeiro momento, comparando os sítios Tupiguarani com os Aratu⁷ (tradição muito presente no Nordeste, com diversas ocorrências no Estado de Alagoas), por exemplo, podemos ter uma ideia de como distinguir uma tradição da outra. No que se refere à ocupação Aratu, Martin aponta que as aldeias eram circulares com asocas em torno de uma praça central, situadas em lugares elevados suaves (1999: 211). Prous reitera essas informações ao afirmar que:

5 Enquanto que os Guarani tinham como base alimentar o milho (Prous, 2007; Martin, 1999).

6 E que seja bem entendido que o exemplo citado segue apenas como exemplo. As características apresentadas assim são porque em alguns pontos elas convergem em alguns pontos, mas se faz de importância lembrar que cada região tem sua singularidade, e como o conhecimento arqueológico de todos os sítios Tupiguarani do Brasil não é uma realidade, tais comparações se fazem necessárias.

7 De acordo com Martin, as características básicas da cultura Aratu seriam: a) a cerâmica roletada, sem decoração, com as superfícies alisadas ou engobo de grafite; em alguns tipos aparece decoração corrugada-ondulada na borda [...]; b) urnas funerárias piriformes, com e sem tampa, de 70-75cm de altura, tigelas menores empregadas como opérculo para cobrir os vasilhames funerários; c) painéis semi-esféricos de bordas onduladas; d) enterramentos primários em urna, fora das aldeias; e) aldeias circulares com asocas em torno de uma praça central, situadas em lugares elevados suaves; f) subsistência não baseada no uso exclusivo da mandioca. A ausência de assadores e de vasilhames planos assim parece indicá-lo. Em todo caso, utilizaram a mandioca de forma diferente aos Tupinambá e apoiaram também sua subsistência no milho, no feijão e no amendoim; o rodízio nas plantações teria permitido assentamentos durante períodos mais longos; g) lâminas alongadas de machado, picotadas e polidas e machados pesados de granito também polidos; machados simples de pequeno tamanho (8 a 10 cm de comprimento); h) grandes rodéis de fuso de pedra e de cerâmica que indicam fiação de redes ou tecidos grossos; [...]; i) cachimbos tubulares ou na forma de funil; j) fragmentos de rochas polidas, com depressões artificiais, utilizadas para esmagar grãos (1999: 211-212).

Os sítios [Aratu], a céu aberto, caracterizam-se por grandes concentrações de restos de cerâmica. A maioria corresponde a zonas de terra escurecida pela presença de restos orgânicos (as chamadas “terras pretas”, que podem alcançar até 50cm de espessura), tratando-se provavelmente de fundos de casas ocupadas durante longos anos.

Outras concentrações, fora das terras pretas, talvez correspondam a lixeiras ou habitações ocupadas por curto período de tempo. Essas habitações têm geralmente entre 10 e 20m de diâmetro, e algumas delas apresentam um pequeno anexo (fazem pensar nas casas de resguardo usadas periodicamente pelas mulheres em algumas populações indígenas atuais). Quase sempre existe uma ou várias dezenas destas casas. Formam um anel simples ou duplo (até triplo, em Góias) ao redor de uma praça central que mede cerca de 100m de diâmetro. A praça devia constituir um espaço cerimonial, onde não se encontram vestígios – a não ser, em alguns casos, enterramentos em urnas. Essas aldeias circulares ou em forma de ferradura evocam as aldeias atuais dos grupos de língua jê, tradicionais moradores das regiões de cerrado do Brasil central. As casas clânicas onde vivem as mulheres de uma mesma família com seus maridos formam o espaço feminino e rodeiam uma praça central – espaço político, cerimonial e masculino por excelência. (Prous, 2007: 86).

No que diz respeito à ocupação Tupiguarani, Valéria Soares de Assis (1996), em sua dissertação, diz que na área residencial eram instaladas as casas comunais, dispostas ao redor de uma praça, onde eram realizados os eventos sociais que envolviam toda a aldeia. Nesta praça poderiam ser construídas estruturas arquitetônicas das mais diversas, como jiraus, cabanas para abrigar animais de estimação, depósitos, etc. Nas aldeias instaladas em regiões muito disputadas e, portanto, mais suscetíveis aos ataques inimigos, eram colocadas paliçadas e armadilhas estrategicamente construídas para surpreender e afugentar os inimigos (ASSIS, 1996: 43). As casas (*ók* ou *óca*), que eram levantadas por meio do trabalho coletivo, poderiam variar, em quantidade, entre quatro e oito construções; elas eram distribuídas de forma a circundar uma área central – praça, terreiro ou pátio. Toda casa abrigava uma família extensa, além de outras pessoas, que se agregavam ao redor de um homem com prestígio adquirido a partir de regras sociais (ASSIS, 1996: 47). As plantas baixas das casas Tupinambá mostram uma estrutura básica em forma retangular. A cobertura que se estendia até o limite do chão possuía o teto com forma arredondada, mas apenas o teto, não os seus lados (ASSIS, 1996: 49-50). Tais informações são provenientes de documentos históricos, o que, no contexto arqueológico, devido a diferentes razões, pode acabar por se configurar em outras formas de disposição dos vestígios. Diferentes formas de abandono, destruição e colapso das estruturas podem modificar a forma da planta baixa.

Esses eventos podem deixá-la arredondada, elíptica, mais estreita, mais curta, mais larga ou mais cumprida do que a planta baixa original. Fundamentalmente, todas as possibilidades indicam que dificilmente uma planta baixa, originalmente com ângulos (quadradas, retangulares,

triangulares etc.), manterá esses ângulos impressos no solo após o colapso das estruturas e no conseqüente processo de transformação em registro arqueológico. Os processos deposicionais e pós-deposicionais paulatinamente redesenham os contornos, tornando-os arredondados (ASSIS, 1996: 50-51).

É o que pode ser observado com a obra de Gabriela Martin. Dos dois exemplos mostrados por Martin por meio de Albuquerque, uma das aldeias apresenta suas ocas distribuídas em forma de arco (Sítio Sinal Verde, na região da Mata pernambucana, município de São Lourenço da Mata, PE) e a outra com as ocas dispostas a formarem um retângulo (Aldeia do Baião, em Araripina, sertão de Pernambuco, no sopé da chapada do Araripe).

Observou M. Albuquerque que as manchas de ocupação indicadoras das moradias ou de atividades continuadas nas aldeias apresentavam tamanhos díspares, às vezes com extremos entre 32m² e 400m² numa mesma aldeia. Essa constatação o fez refletir sobre a importância de se estudar, separadamente, o material arqueológico coletado em cada área-habitação, como forma de se identificar a distribuição e o uso do espaço nas aldeias Tupiguarani. [...] Constatou também que, em Pernambuco, os grupos da tradição Tupiguarani ocuparam do leste ao oeste, do Estado, do mangue à restinga e da mata ao semi-árido (Martin, 1999: 200).

Mônica A. A. Nogueira, em sua dissertação de mestrado, com foco no estudo da cultura material Tupinambá, que se encontra dentro da tradição ceramista Tupiguarani, compara os padrões de assentamento de sítios em Pernambuco e no Piauí e as similaridades encontradas. De um modo geral, com base em Scatamacchia, a pesquisadora nos mostra como seria a forma de assentamento das aldeias dessa tradição, que são:

[...] sítios situados dentro do habitat que corresponde ao de regiões com clima chuvoso todo ano, isto é, sem estação seca. Estão localizados em suaves elevações na proximidade do mar, de pequenos riachos ou grandes rios dos vales costeiros. As aldeias possuem dimensões que variam entre 50 a 250 m de diâmetro, com um estrato arqueológico cuja espessura de um modo geral se situa entre 30 a 40 cm, sendo bastante comuns aqueles entre 15 e 30 cm. As aldeias apresentaram-se sem diferenciação formal interna que pudesse indicar uma diversificação funcional dentro da área habitacional. Os vestígios encontrados são manchas escuras provenientes dos resíduos orgânicos que constituíram as casas, em média de 4 a 8 por sítio. (Nogueira, 2011: 53 *apud* Scatamacchia, 1990: 271).

A escolha do local pelos povos dessa tradição, quer sejam eles para uma ocupação temporária ou com um objetivo mais prolongado, recai na preferência por áreas que apresentem um clima úmido, com regularidade de chuvas, próximas a canais fluviais, com um solo propício para o cultivo da mandioca e que possuam recursos ambientais e de matéria prima para a confecção dos objetos necessários para que o homem conviva com o meio que o cerca. Assis (1996) aponta para o que

dissera Florestan Fernandes em seu *A Organização Social dos Tupinambá*, onde o estudioso aponta para que a escolha do local para a ficção dos assentamentos das aldeias recaia na *proximidade de zonas piscosas (rios ou da costa marítima) e de terras agrícolas férteis. A abundância de caças e aves, que forneciam certo tipo de penas, nos bosques circundantes, também precisava ser garantida* (in ASSIS, 1996: 28).

Além dos fragmentos de objetos encontrados nos sítios, os estudos arqueológicos também estão centrados nas paisagens, que podem ser consideradas como artefatos, pois durante os tempos sofreu com a ação humana. Para a compreensão do cotidiano dos índios é importante o estudo de todo esse espaço. O conceito de artefato utilizado aqui foi definido por Rabardel (1995), designa, de modo geral, alguma coisa feita ou transformada pelo homem (Chiarotti, 2005: 304). É de vital importância compreender que a Arqueologia não se atém exclusivamente ao artefato – no sentido desse se figurar como sendo apenas uma parte de um objeto em si e nada mais que isso – para elaborar suas teorias e hipóteses a cerca de contextos há muito perdidos. Os restos de materiais encontrados em sítios arqueológicos, juntamente com toda paisagem natural que o cerca, em um diálogo com documentos escritos (caso estejamos trabalhando com períodos em que estes já estivessem sendo utilizados) e abordagens de cunho antropológico são necessários para uma melhor compreensão dos modos de vida do homem, seu cotidiano, suas formas de viver/sobreviver em determinados meios. As teorias e metodologias hoje empregues na arqueologia buscam ir além da descrição da cultura material. Os arqueólogos tem cada vez mais buscado uma abordagem interdisciplinar para responder as problemáticas atribuídas aos sítios arqueológicos.

No tocante a cultura material produzida pelos da tradição Tupiguarani, apresentar-se-á, agora, algumas características que marcam essa tradição. Com uma abordagem mais técnica, encontramos em Martin a seguinte definição:

[...] a cerâmica Tupiguarani caracteriza-se por estar confeccionada com técnica acordelada, ou seja, pela superposição de roletes ou cordões de barro, formando paredes grossas em relação ao tamanho do vasilhame. Cozimento a fogo redutor ou incompleto que produz uma banda escura ou acinzentada entre os lados interno e externo, mais claros, é facilmente observável nos cacos de peças fragmentadas. Os aditivos ou antiplásticos consistem em caco moído, areia fina ou grossa e grânulos de argila. Podem estar também ausentes por desnecessário, quando as impurezas naturais incorporadas à argila dão à mesma suficiente plasticidade. Não se observa na cerâmica Tupiguarani o uso de espongíarios (*cauixi*) nem de *cariapé* como anti-plástico, aditivos amplamente usados nas cerâmicas da Amazônia. As formas comuns oscilam muito de tamanho, registrando-se desde pequenos vasos de 10cm de diâmetro a grandes alguidares de 70 – 80cm, com alguns ultrapassando 1m de diâmetro. Há formas fechadas, porém predominam as abertas de paredes baixas, retas ou carenadas, com fundos planos ou

suavemente curvos; as bocas são circulares, elípticas, retangulares ou quadrangulares.

Atentado às características técnicas da decoração, fixaram-se três sub-tradições, designadas como pintada, corrugada e escovada. Trata-se, portanto, de caracterizadores relativos ao tratamento da superfície dos vasos sem maiores determinantes de formas nem dos tamanhos e usos. Com essas divisões estabeleceu-se um ponto de partida para a identificação dos assentamentos de agricultores-ceramistas localizados ao longo do litoral brasileiro.

A tradição que identificamos como da tradição Tupiguarani no litoral nordestino corresponde, principalmente, à sub-tradição pintada, também conhecida como policrômica, por apresentar desenhos nas cores branca, vermelha, preta e cinza. Os desenhos são complexos, “geométricos” ou abstratos, formando gregas e cenefas com fino acabamento, aplicado no interior, no exterior ou ambos lados do vasilhame (Martin, 1999: 195-197).

Prous aponta o importante trabalho das mulheres na fabricação da cerâmica Tupiguarani e seu papel dentro da sociedade, destacando a pintura sem igual que elas faziam em suas vasilhas. Como o foco do trabalho remete a atual região nordestina do Brasil, será caracterizado aqui o domínio proto-tupi, como dito no início do trabalho⁸.

[...] a decoração, exclusivamente pintada, obedece a normas estritas e foi realizada com esmero. A borda da vasilha é reforçada do lado de fora, apresentando uma estrita faixa plana, decorada por um friso de bastonetes verticais ou oblíquos compondo triângulos. Outro friso semelhante acompanha o lado interno da borda. Bandas vermelhas de 1 a 2 cm de largura separam os dois frisos, isolando-os também do campo decorativo principal. Tal campo ocupa o fundo do recipiente, subindo até meia altura das paredes laterais, e é ricamente decorado com linhas curvas e divagantes vermelhas e/ou pretas muito finas (muitas vezes com cerca de 0,2 mm de largura apenas) e com pontos escuros destinados a reforçar linhas mestras ou contrastar as superfícies por elas delimitadas

Os elementos decorativos organizam-se segundo uma de cinco fórmulas clássicas, que sugerem regras conscientes e explícitas:

- alinhamento ao longo de eixos paralelos ao maior diâmetro;
- disposição espiralada ou concêntrica;
- campo ocupado por feixes de linhas paralelas dobrados sobre si, formando circunvoluções que lembram o córtex cerebral ou um intestino (figura 4);
- motivos preenchendo os espaços delimitados por uma grande figura central, estruturante e única, que forma o ‘esqueleto’ da decoração e apresenta muitas vezes forma de cruz ou de ampulheta (trata-se de uma disposição típica do litoral do Espírito Santo, Rio de Janeiro e sul de Minas Gerais);
- campo decorativo dividido em setores, cada qual com um preenchimento específico de linhas paralelas entre si, retas ou quebradas ortogonalmente

8 A título de exemplificação, uma importante diferenciação entre proto-tupi e proto-guarani pode ser visto no que é apontado por Prous ao dizer que: [...] as oleiras meridionais parecem ter sido mais orgulhosas das formas complexas e da qualidade das decorações plásticas que faziam na pasta fresca das vasilhas de grande e médio porte; as mulheres do Norte, [...], investiam mais na realização de sofisticadas decorações pintadas, aplicadas nas tinas de forma oval ou quadrangular, e se preocupavam menos com a perfeição dos volumes das vasilhas (Prous, 2007).

(essa fórmula parece exclusiva do litoral mais setentrional – Rio Grande do Norte e Pernambuco); é tratado com linhas mais espessas e de maneira menos delicada que os demais.

Nota-se que as grandes talhas (igaçaba, em tupi) e as painéis eram decoradas sobretudo com motivos plásticos (corrugado, unglado, espatulado...) geralmente pouco elaborados.

As mulheres, ao criarem e pintarem suas vasilhas, tinham consciência da importância do seu trabalho para a sua comunidade, pois por meio da técnica que empreendiam expressavam também a cultura de seu povo, sem contar a importância de seu ofício para com a atividade da guerra, o que acabava por colocá-las envolvidas nos conflitos, não de uma forma a participar de fato dos embates, mas por seu trabalho ser vital no resultado final da guerra, que era armazenar os órgãos dos prisioneiros de guerra destinados ao sacrifício, que era deveras importante em sua realidade de vida (Prous, 2005).

O destaque desse trabalho recai sobre a cerâmica Tupiguarani, mas é de vital importância apontar para a existência/fabricação de objetos derivados de outras matérias-primas dentro dessa tradição, como é o caso dos materiais líticos (lâminas de machado, enxós, tembetás – adorno masculino – etc), utensílios fabricados com osso – principalmente de dentes de animais – (afiadores, pontas de projétil, colares etc), conchas (usadas como colher, raspadores etc).

Cultura Material

Agora, entramos no que viria a ser essa cultura material produzida pelo homem, que se constitui como objeto singular de estudos. De material colecionável do qual, após exposto a um determinado tipo de análise, poderia se retirar apenas formulações descritivas e factuais a fator determinante na interpretação/compreensão das relações socioeconômicas dos mais diferentes grupos comunitários (clãs, tribos, civilizações...) que já habitaram – e habitam – o planeta. Tendo-se desenvolvido ao longo de décadas, e com conceituações variadas, a cultura material figura como importante veículo de análise das relações humanas, tanto para aqueles ao qual seu estudo está diretamente ligado – os arqueólogos – quanto para os historiadores, sobre tudo àqueles formadores e formados do que se convencionou chamar de *A Nova História* – advinda da Escola dos Annales.

Conceituar o que seria de fato a cultura material não é tarefa simples. Como dito acima, vários tipos de interpretações a cerca desse objeto de estudo já foram desenvolvidas. Isso fica claro se levarmos em consideração o exemplo de dois pesquisadores das Ciências Humanas: Pedro Paulo Funari e Jean-Marie Pesez.

Funari (2006), em seu texto *Os historiadores e a cultura material*, afirma que “cultura material, [...] deve ser entendida como *tudo que é feito ou utilizado pelo homem*”, que é o que se figura como

concepção mais difundida em relação a uma definição, principalmente entre aqueles que têm uma certa noção sobre o tema abordado, mas não trabalham diretamente com essa fonte, o que poderia valer como uma espécie de “senso comum” no entendimento dessa abordagem. A cultura material se caracteriza pelos artefatos, edifícios e tudo o mais construído e modificado pelo homem, que estivessem em consonância com um povo e suas relações sociais, tanto interna quanto externamente ao seu meio.

Já com base em Jean-Marie Pesez, uma espécie de síntese da cultura material não é tão simples de se desenvolver. Em seu texto *História da Cultura Material* (1993), o pesquisador começa por dizer que:

[...] os debates [...] em torno da cultura material decorrem de um esforço de definição, mas vê-se que, no fim, eles levam sobretudo a circunscrever o campo da pesquisa e precisar o projeto proposto ao estudo da vida material. (Pesez, 1993: 180).

Ao longo de sua explanação, baseando-se os conceitos desenvolvidos por diversos estudiosos e suas posições teóricas, Pesez mostra que o estudo da cultura material está associado também à História Econômica, História Social, História Cultural, Demografia Histórica, Arqueologia (principalmente) e à História das Técnicas – essa última trabalhada em boa parte de seu texto. Para o cientista francês, cultura material não seria apenas os objetos fabricados e usufruídos pelos homens, mas também a relação desses homens com os objetos; ela é expressa sim pelos objetos, por meio do concreto, mas não o objeto em si expressaria a cultura material em seu todo.

Em sua abordagem, Pesez menciona – entre outros – dois historiadores que buscaram elencar os elementos definidores do que seria a cultura material. O primeiro, Aleksander Gieysztor (com base em outro estudioso: Henri Dunajewski), encerra sua definição em quatro tópicos, ou seja, a cultura material seria:

1. Os meios de trabalho (o homem, as ferramentas);
2. O objeto de trabalho (as riquezas materiais, as matérias-primas);
3. A experiência do homem no processo de produção (as técnicas);
4. A utilização dos produtos matérias (o consumo) (Pesez, 1993: 188).

O segundo estudioso mencionado – Jerzy Kulczycki – reduz o objeto de estudos da cultura material para três, mas sem diminuir o rigor das análises sobre ele, destacando a natureza, o homem e os produtos, com o foco na relação de cada um desses elementos com a produção. Sendo assim, o objeto de estudo da cultura material são, para Kulczycki:

1. Os meios de produção tirados da natureza, bem como as condições naturais da vida e as modificações infligidas pelo homem ao meio natural;
2. As forças de produção, isto é, os instrumentos de trabalho, os meios humanos da produção e o próprio homem com sua experiência e a organização técnica do homem no trabalho;
3. Os produtos materiais obtidos desses meios e por essas forças, ou seja, os instrumentos de produção e os produtos destinados ao consumo. (Pesez, 1993: 188).

A contraposição que se procurou expor entre diferentes visões a respeito do que seria a cultura material tem por objetivo mostrar que o objeto de estudo analisado aqui deve ser compreendido de um ponto de vista amplo.

Encarando-se os vestígios de sociedades passadas como o principal fundamental exemplo de cultura material, é preciso ter a preocupação de encará-los não de uma forma descritiva, não procurando encaixá-los nessa ou naquela sociedade apenas, mas se ter a noção de que um artefato, associado aos demais dados contextuais, podem auxiliar no processo de compreensão das relações no passado, entre os homens e seu meio; entre os homens e os próprios homens; como e por que se deu a produção de determinados objetos e em que contexto eles foram produzidos, para suprir quais necessidades; e – talvez esse seja o principal ponto ao se fazer um estudo com base na cultura material – dependendo da abordagem utilizada pelo pesquisador em seus questionamentos, os estudos com base nesse objeto de análise procura dar voz, por meio dos conjuntos de vestígios, àqueles que são relegados ao segundo plano pelas fontes tradicionais da história – os documentos –, aos explorados. Para Pesez, em sua abordagem, “é em primeiro lugar o explorado que ela [a cultura material] coloca em primeiro lugar” (1993: 211). Isso não significa que os trabalhos de todos os pesquisadores se voltem para este fim. Como já dito anteriormente, depende de qual o quais indagações a pesquisa procure elucidar.

Sítios e ocorrências arqueológicas da tradição ceramista Tupiguarani no Estado de Alagoas, identificados por meio de projetos de acompanhamento/salvamento arqueológico

Nessa parte do trabalho, com base nos relatórios de diversos projetos de acompanhamento/salvamento arqueológicos realizados no Estado de Alagoas desde o final da década de 1990, apontamos aqui o que já se foi evidenciado com relação à tradição ceramista Tupiguarani em terras alagoanas. Na listagem dos sítios e ocorrências arqueológicas ligadas a essa tradição, o foco será dado ao local (município) onde fora encontrado; às características físico-espaciais do entorno do achado e; às características do material descoberto, procurando assim fazer um mapeamento (mesmo

que a primeira vista um tanto quanto superficial) da dispersão da cultura em questão dentro do Estado. Para cada sítio/ocorrência aqui apresentado, faz-se necessário indicar que todas as informações foram retiradas dos relatórios finais dos projetos desenvolvidos e que terão seus títulos aqui divulgados. Relatórios esses conseguidos na sede da Superintendência do IPHAN – AL (17ª SR/IPHAN).

Por se tratar de um trabalho inicial, não será possível agora fazer um estudo denso a respeito dos grupos tupis espalhados pelo estado. Entretanto, esse levantamento inicial faz-se necessário para que no futuro possamos pesquisar a história desses índios em uma escala macro e de modo mais sistemático.

O conceito de sítio arqueológico varia de acordo com o ponto de vista de cada pesquisador. De uma forma geral, por meio de Gordon Childe, um sítio arqueológico pode ser compreendido como: [...] um lugar onde se encontravam vestígios humanos inter-relacionados e que indicariam atividades humanas específicas, como habitações, túmulos, fontes de matérias-primas, santuários destinados respectivamente à moradia, enterramento, obtenção de materiais e ao culto religioso (CHILDE, *in* FUNARI, 2002: 23).

Martin (1999: 89) diz que esses sítios correspondem a assentamentos humanos onde se tenham observado condições de ocupação suficientes para se poder estudar os grupos étnicos que os povoaram.

A página da Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM) na internet, com relação à utilização dos sítios arqueológicos, diz que:

Os sítios arqueológicos são diferentes segundo o uso que os homens pré-históricos fizeram do local. Cada local pode corresponder a uma função, mas há casos, como as aldeias, onde vários tipos de atividades foram praticadas. Em uma aldeia vive-se, o que significa lugares para dormir, para cozinhar, para descansar, brincar, fabricar armas, utensílios, trabalhar a pedra, o barro para fazer cerâmica, a madeira. Todos esses trabalhos produzem vestígios que caem ao solo e que vão sendo, aos poucos, cobertos por sedimentos (FUMDHAM, 2006).

Prous classifica os sítios brasileiros de acordo com sua estratigrafia, sua posição e sua função. Com relação à estratigrafia, existem os sítios de *superfície* (quando os vestígios estão expostos e visíveis na superfície do chão atual); quando os vestígios encontram-se dentro do sedimento (o sítio tem uma estratigrafia, existindo um só nível arqueologicamente fértil, dir-se-á que o sítio tem um único componente; havendo vários, será multicomponencial; homogêneo, se todos os componentes pertencerem à mesma cultura; heterogêneo, no caso contrário); *in loco* (quando se pode considerar que os vestígios estão mais ou menos no mesmo lugar em que foram abandonados); *remexidos no nível* (quando o material foi deslocado – em geral horizontalmente – sem que tenha havido mistura de vestígios provenientes de vários níveis. Caso contrário, trata-se de um conjunto remexido totalmente; a

causa de tal perturbação pode ser um desmoronamento, galerias de animais, escavações de covas etc.). No que diz respeito à sua posição, os sítios podem ser *sob abrigo* (aproveitam proteções naturais contra o intemperismo); *a céu aberto* (instalados em zonas altas – sítios defensivos –, nas encostas de morros – ‘sítios colinares’ – ou acampamentos em regiões baixas, perto da água – sítios de terraços); *sambaqui* (depósitos espessos de lixo modificando a paisagem no litoral meridional). Por último, quanto sua classificação funcional, existem os sítios de *habitação*, *estáveis* ou *ocasionais* (acampamentos), eventualmente com ciclo sazonal; *oficinas* de trabalho (para fabricação de instrumentos de pedra – oficina lítica); cerimoniais (sítios com vestígios de atividades não puramente econômicas e de sobrevivência, como cemitérios e de arte rupestre); lugares de *preparação da caça* (sítios de açougue, ainda não conhecidos na arqueologia do Brasil) (PROUS, 1992: 30,31,32).

O Brasil possui uma lei que protege o Patrimônio Arqueológico do país e que tem o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) como fiscalizador e mantenedor de tais vestígios. De acordo com o site do IPHAN:

Todos os sítios arqueológicos são definidos e protegidos pela Lei nº 3.924/61, sendo considerados bens patrimoniais da União. O tombamento de bens arqueológicos é feito excepcionalmente, por interesse científico e ambiental. São considerados bens arqueológicos as jazidas de qualquer natureza, origem ou finalidade, que representem testemunhos da cultura dos paleoameríndios; os sítios nos quais se encontram vestígios positivos de ocupação pelos paleoameríndios; os sítios identificados como cemitério, sepulturas ou locais de pouso prolongado ou de aldeamento “estações” e “cerâmicos”; e as inscrições rupestres ou locais e outros vestígios de atividade de paleoameríndios. Atualmente, cerca de 19 mil sítios arqueológicos já foram identificados pelo IPHAN (extraído de portal.iphan.gov.br).

A seguir, os sítios e ocorrências identificados no levantamento feito com base nos relatórios arquivados na 17ª SR/IPHAN:

Projeto: Diagnóstico arqueológico em área destinada à Barragem Major Nabé em Penedo, Alagoas.

Localização dos vestígios: município de Penedo, em Alagoas.

Execução: Arqueologia Brasil – Projetos, Pesquisas e Planejamento Cultural e Arqueológico Ltda.

Responsáveis: Ms. Flavia Prado Moi; Prof. Dr. Walter Fagundes Morales.

Características: Ocorrência Cerâmica 2. UTM 24L 773987 E 8863417 N (datum SAD69)

Ocorrência multicomponencial contendo fragmentos de bordas e bojos cerâmicos distribuídos no topo de tabuleiro localizado na margem direita do rio Perucaba, em terras cobertas por canavial e roças de feijão e mandioca pertencentes à COOPENEDO. Encontram-se depositados numa área reduzida do terreno contendo 40 m de comprimento por 30 m de largura, tendo seu eixo maior orientado no sentido

E/W. Possui razoável visibilidade de entorno devido à porção do terreno ocupada pelo cultivo de feijão e mandioca, sendo possível avistar suas adjacências num raio de 400 m nos sentidos oeste e leste. Ao norte, tem-se um controle visual numa distância de 150 m, enquanto que para o sul a visualização é prejudicada pela existência de um lote de canavial. O curso d'água mais próximo é o rio Perucaba, distante cerca de 1,7 km lineares. Os vestígios cerâmicos evidenciados em superfície correspondem a fragmentos de bordas e bojos tupiguarani e contemporâneos, ambos sem decoração. Outros tipos de evidências materiais e estruturas não foram identificados na superfície da localidade. Os fragmentos residuais cerâmicos aparentam bom estado de conservação, mesmo estando em uma área intensamente antropizada e utilizada para cultivo da cana-de-açúcar, do feijão e da mandioca (MOI, MORALES, 2008: 117).

Projeto: Programa de Diagnóstico e Prospecção arqueológica para o Estaleiro EISA ALAGOAS, município de Coruripe, Alagoas.

Localização dos vestígios: município de Coruripe, Alagoas.

Execução: Arqueologia Brasil – Projetos, Pesquisas e Planejamento Cultural e Arqueológico Ltda.

Responsáveis: Ms. Flavia Prado Moi; Bal. Pedro Alzair Junior.

Características: Sítio Arqueológico Coruripe. Trata-se de um sítio unicomponencial a céu aberto, do tipo lítico-cerâmico, sem concentrações específicas e sem estruturas associadas identificadas (até o presente momento ao menos). O assentamento, denominado sítio arqueológico Coruripe, está implantado próximo a borda da falésia, área com maior concentração de material, que vai rareando ao nos distanciarmos da encosta. Nas condições de implantação atual a visibilidade do entorno a partir do sítio é alta nas direções sul e oeste, podendo ser avistados o mangue e a faixa litorânea. Nos sentidos leste e norte a visibilidade é mediana, dificultada pela vegetação e relevo local. O grau de integridade do sítio é mediano, sofrendo perturbações naturais e antrópicas. Os fatores naturais identificados no sítio estão associados aos processos de intemperismo, floraturbação (raízes de coqueiros) e bioturbação (cupinzeiros, formigueiros e buracos de tatu). Os fatores antrópicos estão associados à utilização da área para a agricultura, tais como a retirada da vegetação nativa, movimentação do solo para o plantio, implantação de cercas e a passagem de um gasoduto na área do sítio. O sítio apresenta forma irregular com medidas aproximadas de eixos de 450 x 500 m, sendo o maior eixo posicionado de sudoeste – nordeste, com uma área total de 225.000 m². O corpo d'água mais próximo do sítio (o rio Coruripe) localiza-se a 700 metros no sentido sudoeste. De acordo com as informações levantadas durante as atividades de prospecção realizadas na área do empreendimento, o assentamento identificado está associado ao período pré-colonial brasileiro, com vestígios materiais ligados a uma ocupação por grupos de ceramistas portadores da indústria Tupiguarani (MOI, 2010: 73-79).

Projeto: Programa de resgate arqueológico Gasoduto Carmópolis – Pilar, Estados de Sergipe e Alagoas.

Localização dos vestígios: município de Teotônio Vilela, Alagoas (sítio São João da Rocheira) e município de Penedo, Alagoas (sítio Pindorama).

Responsáveis: Ms. Luiz Augusto Viva, Dr. Walter Fagundes Morales, Ms. Flavia Prado Moi, Dra. Erika M. Robrahn-González.

Características: Sítio São João da Rocheira. UTM 24L 0791950/8897500(datum: SAD69). O sítio arqueológico está implantado na borda de um tabuleiro, sendo limitado a sudeste pela ravina cortada pelo gasoduto em sentido à Carmópolis/SE e a sudoeste pelo acesso principal. A área é utilizada nos dias atuais para o cultivo de cana-de-açúcar. A coleção arqueológica identificada e coletada durante as pesquisas realizadas apresentaram características tecnopológicas ligadas a duas ocupações distintas: uma pré-colonial, associada a um grupo ceramista de tradição arqueológica Tupiguarani; e outra histórica. A ocupação pré-colonial no sítio São João da Rocheira é caracterizada por 62 fragmentos de cerâmica roletada, além de 03 peças líticas. O fragmento de cerâmica roletada não associado a esta ocupação diz respeito à uma cerâmica cabocla. Estes vestígios cerâmicos estão distribuídos em 48 fragmentos de bojo, 11 fragmentos de borda e 03 fragmentos de base (VIVA et al, 2007: 88, 91).

Sítio Pindorama. UTM 24L 0791950/8897500 (Datum: SAD69). O sítio Pindorama está situado em propriedade da Cooperativa de Colonização Agropecuária e Industrial Pindorama Ltda. Sua implantação se dá em topo de tabuleiro junto a uma pequena roça de mandioca e cultivo da cana-de-açúcar. Nas proximidades estão implantadas diversas residências dos colonos da cooperativa, com os arruamentos de terra batida e alguma infra-estrutura, como rede de energia elétrica. Do local de implantação do sítio tem-se uma ampla visão em todas as direções, sendo a vista limitada pela cana-de-açúcar, nos períodos em esta se encontra em estágio muito desenvolvido, atingindo de 2 a 3m de altura. O sítio encontra-se bastante impactado, uma vez que a área vem sendo continuamente utilizada ao longo dos anos para o cultivo da cana-de-açúcar, com o uso intensivo da mecanização agrícola através do arado, da grade e do sulcador. Como se não bastassem tais impactos, as intervenções para a implantação da infra-estrutura do loteamento agropecuário, com a abertura de acessos (arruamentos), as instalações para distribuição de energia elétrica e a construção das próprias moradias dos colonos, intensificaram os danos. Os fragmentos cerâmicos pré-coloniais apresentaram técnica de manufatura roletada com antiplástico mineral e poucos fragmentos apresentaram atributos que melhor caracterizasse esse horizonte de ocupação. Dentre eles pode-se destacar: 01 borda direta simples(CP-A-10088), com alisamento nas duas faces, pertencente a um objeto pequeno, e 04 fragmentos de parede com engobo branco na face externa. Apesar da pequena quantidade de peças, é possível, a partir dos atributos observados, associar esses vestígios à tradição arqueológica Tupiguarani (VIVA et al, 2007: 95,98).

Projeto: Prospecção Arqueológica de Superfície e Subsuperfície e Monitoramento Arqueológico nas áreas fora da faixa de domínio da rodovia BR 101, no Lote 07 do Estado de Alagoas: Relatório de prospecção arqueológica nas áreas E10A, E2B, E5B, E4C, e AREAL BOACICA.

Localização dos vestígios: município de Porto Real do Colégio, Alagoas.

Execução: Arqueolog Pesquisas Ltda.

Responsáveis: Prof. Dr. Marcos Albuquerque, Dra. Veleda Lucena, Bel. Milena Duarte, Silvia Uchôa.

Características: Ocorrência Cerâmica. UTM 24L 746118,73L 8880993,61N. Na ocasião da prospecção de subsuperfície na área destinada à jazida E4C foi localizado vestígio arqueológico cuja cronologia remete ao período pré-histórico. Trata-se de um fragmento de cerâmica associada ao grupo ceramista Tupiguarani. O fragmento encontrava-se em superfície, isolado de qualquer outro vestígio contemporâneo a ele. Nenhum vestígio arqueológico foi localizado em profundidade. A dimensão (ha) da jazida E4C é de 2,93; o uso atual do terreno é para pecuária (pasto) e há plantações abandonadas de mandioca, feijão e amendoim; a vegetação é Herbácea (gramíneas), encontra-se em uma área de topo/encosta; com altitude (mín./máx.) entre 50 e 74m (ALBUQUERQUE et al, 2012: 159)

Projeto: Resort “Onda Azul”/Alagoas: Programa de diagnóstico do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural.

Localização dos vestígios: Passo de Camaragibe/Barra de Camaragibe, Alagoas.

Execução: DOCUMENTO Antropologia e Arqueologia Ltda.

Responsáveis: Profa. Dra. Erika M. Robrahn-González.

Características: Sítio Arqueológico Barra do Camaragibe 3. UTM 25L 234261/8969166. Ocupa cordões arenosos de formação litorânea no interior da fazenda Morros do Camaragibe, ao lado esquerdo da antiga estrada que dá acesso à Barra do Camaragibe. A cobertura vegetal atual é composta por gramínea com coqueiros espessos. Sítio pré-colonial cerâmico a céu aberto, localizado em profundidade, nas sondagens 10 e 11 da Linha 1 e na sondagem 10 da Linha 2. Na sondagem 10 da Linha 1 foram identificados 18 fragmentos cerâmicos, carvões e um seixo com marcas de utilização, entre os níveis 28 e 46 cm. Na sondagem 11 da mesma Linha localizaram-se mais dois fragmentos cerâmicos a 32 cm de profundidade. Na sondagem 10 da Linha 2 foi encontrada uma vasilha cerâmica completa em associação com níveis de sedimento escuro e carvões, que estava emborcada e em posição original. Mais abaixo, em torno de 5 cm, localizou-se outro fragmento cerâmico, com decoração pintada. Cinquenta e três peças foram coletadas neste sítio. Apontam, no geral, para a presença Tupi na área costeira, reforçando os relatos etno-históricos dos primeiros séculos de ocupação colonial na América portuguesa. Uma tigela com borda vertical reforçada externa e diâmetro de 34 cm foi encontrada com a base virada para cima. Apresenta sinais de queima em seu interior e conta com resquícios de engobo branco. Em mesma profundidade foi encontrado fragmento de parede com decoração pintura vermelha geométrica sobre engobo branco. Processos perturbadores ativos: plantio de novas mudas de coqueiro (GONZÁLEZ, 2004: 47, 50).

Projeto: Projeto Arqueológico Gasoduto Lagoas/Pernambuco (GASALP).

Localização dos vestígios: municípios de Rio Largo, Messias, Joaquim Gomes, Matriz de Camaragibe, Jundiá, Porto Calvo, Jacuípe – Alagoas.

Execução: Fundação Seridó.

Responsáveis: Ana Nascimento Oliveira (NEA – UFPE); Suely Luna de Albuquerque (NEA – UFPE).

Características: No trecho de interesse (soma-se aqui tanto os achados em terras alagoanas quanto pernambucanas), a cerâmica é o vestígio mais abundante. Foram classificados um total de 29.602 fragmentos de alças, bordas, bases e de bojos de diferentes dimensões e tipos de vasilhas. Esse material, proveniente de prospecção, da superfície e das camadas estratigráficas das sondagens e trincheiras abertas durante o salvamento das ocorrências, pertence à Tradição ceramista dos povos Tupiguarani que ocuparam todo o litoral do Brasil desde períodos pré-históricos até a época da colonização. Grande parte dos fragmentos coletados apresenta um grau de desgaste acentuado, com marcas de rolamento intenso resultante das sucessivas atividades de aragem dos terrenos com máquinas agrícolas. O grau de conturbação dos terrenos, onde se formaram os sítios arqueológicos, torna-se evidente ao se observar a fragmentação e a posição dos vestígios na estratigrafia das sondagens. Nenhuma peça inteira foi recuperada ao longo de todo o trecho do gasoduto e muitos dos fragmentos encontravam-se na posição vertical. Entretanto, cerca de 62% dos fragmentos conservam, em suas superfícies, restos de decoração como apliques, modelagens e principalmente a pintura monocromática ou policromática (ALBUQUERQUE, OLIVEIRA, 1999: 62,63).

Projeto: Projeto de levantamento do patrimônio cultural na área diretamente afetada pela barragem do curso d'água para adução e irrigação – Riacho Balsamo – AL/PE.

Localização dos vestígios: município de Palmeira dos Índios, Alagoas.

Execução: Griphus Consultoria em Recursos Culturais Ltda.

Responsáveis: Márcio Antônio Telles

Características: Bálamo 03. UTM - 24 758 463/ 8 969 121. É um sítio a céu aberto localizado na margem direita do Riacho Balsamo, (UTM - 24 758 463/ 8 969 121), em uma elevação que divide as nascentes que desembocam no riacho Bálamo, sendo uma área estrategicamente privilegiada, foi localizado através de caminhamento alguns fragmentos de cerâmica, com média densidade em meio as plantações e as áreas de capoeira, foram coletadas em superfície 15 fragmentos cerâmicos, sendo: 02 de borda; 01 de base, 03 de pratos e 09 fragmento de parede, sendo que uma borda apresenta aplique e os outros não apresentaram qualquer tipo de decoração, mas apresentam elementos de natureza Tupi. O sítio se encontra dentro da área que foi destinada a implantação da barragem, mas também se encontra bem perturbada em função da intensa utilização desta área por vários tipos de lavouras, que segundo dados orais remontam a pelo menos 60 anos de intensa utilização (TELLES, 2002: 33,32).

Projeto: Levantamento Histórico-Arqueológico da zona urbana de Porto de Pedras/AL.

Localização dos vestígios: município de Porto de Pedras, Alagoas.

Execução: Laboratório de Arqueologia da UFPE/FADE - Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UFPE.

Responsáveis: Marcos Albuquerque, Veleida Lucena, Rúbia Nogueira.

Características: As características ambientais da área se mostram compatíveis com a ocupação de grupos pré-históricos cuja economia estivesse voltada para a caça e a coleta. A abundância de uma fauna estuarina, característica desta área, e ainda abundante nos dias atuais, permitiria ou mesmo favoreceria a ocupação da área por grupos humanos com tais características econômico/culturais. Evidências de ocupação por grupos nativos mais recentes puderam ser resgatadas. Foram localizados vestígios de uma ocupação de grupo pré-histórico, integrante da tradição ceramista Tupiguarani. Embora haja registro de sítios arqueológicos ribeirinhos, relacionados a grupos da tradição Tupiguarani, no Nordeste, a grande maioria dos sítios-habituação, localizados na região, encontra-se em áreas elevadas, via de regra no topo das elevações. Em Porto de Pedras, a localização de fragmentos cerâmicos deste grupo nas elevações, poderá remeter a um provável local de habitação, seja anterior ao período colonial, ou ainda relacionado ao período dos primeiros contatos interculturais (ALBUQUERQUE et al, 2008: 249,250).

Projeto: Prospecção Arqueológica na Praia do Morro, Passo de Camaragibe – AL/ Empreendimento Hoteleiro Pontal de Camaragibe.

Localização dos vestígios: município de Barra de Camaragibe, Alagoas.

Execução: Núcleo de Ensino e Pesquisa Arqueológico (NEPA).

Responsáveis: Prof. Dr. Scott J. Allen

Características: Sítio Barra de Camaragibe 3. UTM 25L 232397 / 8968345. Etapa seguinte realiza à desenvolvida pelo grupo DOCUMENTO Antropologia e Arqueologia Ltda. A tigela com decoração foi o artefato diagnóstico do sítio, uma vez que, para os grupos ceramistas do nordeste brasileiro, apenas os grupos filiados à tradição Tupiguarani apresentam esse tipo de decoração nas cerâmicas. O sítio apresenta duas áreas distintas, uma no cordão litorâneo (próximo à estrada existente) e outra próxima a uma área alagadiça. Nessas duas áreas, observamos uma formação diferenciada do perfil estratigráfico assim como de uma concentração distinta dos artefatos arqueológicos. Próximo à área alagadiça foi evidenciada uma maior concentração de fragmentos cerâmicos em relação aos poços-teste escavados no topo do cordão litorâneo. Dos 317 fragmentos de cerâmica simples evidenciados apenas 16 fragmentos foram localizados no cordão litorâneo. O sítio apresenta atualmente dimensões de 219m de extensão por 194m de largura.

Ocorrência 11: está localizada no Setor Canal, a 62m de distancia do BC-4, no sentido sul. Dois fragmentos de cerâmica simples foram evidenciados na superfície. Neste local foi realizado a escavação de um poço-teste onde encontramos os artefatos (PT417) e mais dois próximos, distando 3m um do outro. Em nenhum poço-teste evidenciou-se artefatos em profundidade. Os fragmentos de

cerâmica apresentaram decoração vermelha sob engobo branco, característica de grupos filiados a Tradição Tupiguarani (ALLEN, 2008: 39, 57-58).

Projeto: Estudos arqueológicos nas áreas Tranquilidade e Djalma, Usina Coruripe, Alagoas.

Localização dos vestígios: município de Coruripe, Alagoas.

Execução: Núcleo de Ensino e Pesquisa Arqueológico (NEPA).

Responsáveis: Prof. Dr. Scott J. Allen

Características: Sítio Arqueológico Djalma 1. Localiza-se sob as coordenadas UTM N8882075 L0805610, numa área de tabuleiro com vegetação composta por cana-de-açúcar. No local foi encontrado uma grande quantidade de fragmentos cerâmicos em superfície, dispersos numa área de aproximadamente 150mX150m. Os artefatos apresentam características tecnológicas diferenciadas, inclusive alguns com decoração policrômica (pigmento vermelho sobre engobo branco) (ALLEN, 2010: 22-23).

Sítio Arqueológico Djalma 4. Localizado sob as coordenadas UTM N8881499 L0806276, numa área de tabuleiro com vegetação de cana-de-açúcar. A região é cortada por alguns rios, perenes e sazonais, o mais importante e caudaloso é o rio Coruripe. Durante os trabalhos de prospecção foi identificado em superfície uma concentração cerâmica numa área de aproximadamente 200mX200m. O material coletado é composto por fragmentos cerâmicos de tecnologia variada, porém a uma predominância da cerâmica simples. A presença de engobo na superfície interna de alguns fragmentos indica a utilização de decoração policrômica. É possível que devido às intempéries e as intervenções antrópicas no local, a pintura sobre o engobo branco tenha desaparecido com o tempo (ALLEN, 2010: 27, 29).

Sítio Arqueológico Djalma 5. UTM N 8880661 L0806891. Localizado na Fazenda Djalma, numa área de tabuleiro com vegetação de cana-de-açúcar, com dimensões aproximadas de 200mX200m. Foi identificado em superfície a presença de fragmentos cerâmicos com características tecnológicas de grupos indígenas. Os fragmentos cerâmicos com engobo indicam a utilização da técnica de decoração policrômica, onde a superfície apresenta pintura geométrica sob engobo branco. Materiais recentes, tais como louça e material construtivo, também foram encontrados no local (ALLEN, 2010: 30-31).

Os sítios arqueológicos Tiborna e Mamão

Somando-se aos sítios apresentados acima, no ano de 2012, no município de Campo Alegre - AL, por meio do projeto *Estudos Arqueológicos nos municípios de Campo Alegre e Jequiá da Praia, Alagoas*, desenvolvido pelo Núcleo de Ensino e Pesquisa Arqueológico (NEPA), vinculado ao Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), coordenado pelo Prof. Flávio Augusto de Aguiar Moraes e pela arqueóloga Rute Ferreira Barbosa, foram identificados dois sítios da tradição Tupi: o sítio arqueológico Tiborna e o sítio arqueológico Mamão.

No levantamento das informações sobre a área de estudo – parte da metodologia da pesquisa –, a região ao redor dos sítios se caracteriza por está localizada no centro sul do litoral alagoano, na microrregião denominada de São Miguel dos Campos.

A geomorfologia, a geologia e os recursos subterrâneos desta localidade a caracteriza como uma das porções mais férteis do estado, conhecida assim desde o período da colonização. O relevo dos municípios de Jequiá da Praia e Campo Alegre fazem parte da unidade dos Tabuleiros Costeiros, unidade que acompanha o litoral de todo o Nordeste, apresentando altitude média de 50 a 100 metros. Compreende platôs de origem sedimentar, que apresentam grau de entalhamento variável, ora com vales estreitos e encostas abruptas, ora abertos com encostas suaves e fundas com amplas várzeas. A vegetação é predominantemente do tipo Floresta Subperenifólia, com partes de Floresta Subcaducifólia e cerrado/ floresta. Uma característica muito importante na geomorfologia da planície costeira alagoana e de relevância para os projetos arqueológicos são os inúmeros registros de lagoas, originadas por influências marinha ou fluvial, que marcam o litoral de Alagoas [...]. Outro elemento geomorfológico importante da planície costeira são os terraços marinhos pleistocênicos e holocênicos que são reconhecidos em toda costa alagoana, como testemunhos dos episódios de transgressão marinha ocorridos na costa leste brasileira. Os terraços apresentam uma perfeita continuidade desde o litoral da Bahia até Alagoas, sofrendo pequenas interrupções das desembocaduras dos rios (BARBOSA, MORAES, 2012: 12-14).

Ambos os sítios encontrados na região a cima descrita se configuram na categoria de sítio a céu aberto, pois encontram-se no platô de dois tabuleiros distintos próximos a leitos de rios (BARBOSA, MORAES, 2012: 43). Os trabalhos realizados nesse projeto não se constituíram em escavações amplas⁹, mas sim no trabalho de prospecção¹⁰ e na abertura de alguns Poços Testes (PTs)¹¹ nas áreas com maior concentração de artefatos no intuito de fazer também uma leitura de subsuperfície¹² do local. Devido a esse caráter, uma datação dos artefatos encontrados em campo não é possível no presente momento, sendo necessário a realização de intervenções mais diretas e amplas nas áreas

9 A título de exemplificação, uma importante diferenciação entre proto-tupi e proto-guarani pode ser visto no que é apontado por Prous ao dizer que: [...] as oleiras meridionais parecem ter sido mais orgulhosas das formas complexas e da qualidade das decorações plásticas que faziam na pasta fresca das vasilhas de grande e médio porte; as mulheres do Norte, [...], investiam mais na realização de sofisticadas decorações pintadas, aplicadas nas tinas de forma oval ou quadrangular, e se preocupavam menos com a perfeição dos volumes das vasilhas (Prous, 2007).

10 Reconhecimento visual de área de interesse arqueológico. Esse reconhecimento é realizado a partir de caminhadas em linhas paralelas equidistantes e sequenciadas, com distâncias variando de acordo com a visibilidade da superfície do solo, alcançando assim um levantamento intensivo da área (BARBOSA, MORAES, 2012: 21).

11 Sondagens em subsuperfície com dimensão média de 50x50cm e aproximadamente 50cm de profundidade feitas em áreas de interesse arqueológico e quando da identificação de concentração de artefatos (*Ibdem*).

12 Extratos de terra abaixo da superfície (*Ibdem*).

para tal fim. Mesmo tendo a grande maioria dos artefatos encontrados sendo associados a grupos indígenas, diretamente aos da tradição Tupiguarani, os pesquisadores atentam para o fato de que não se pode atribuir esses achados apenas ao âmbito da Pré-História. Eles podem corresponder também ao período de contato entre os europeus e os nativos, o que não seria de se estranhar, já que há inúmeros relatos desses contatos em documentos históricos. Só uma pesquisa mais detalhada poderá apontar uma cronologia aproximada para os artefatos de Campo Alegre.

O Sítio Tiborna está localizado no município de Campo Alegre-AL, numa área de platô com altitude de aproximadamente 130 metros (valor baseado em dados geodésicos obtidos a partir de um GPS). O sítio possui uma dimensão aproximada de 310X210 metros, tendo como ponto central as coordenadas UTM 803050E 8904896 S. A dimensão vertical do sítio apresenta uma profundidade média de 50cm, constada a partir das sondagens realizadas. A área atualmente apresenta vegetação predominante composta pelo intenso plantio da cana-de-açúcar, e alguns fragmentos de mata atlântica, porém, no local se pratica algumas atividades agrícolas, tais como o cultivo de macaxeira e de milho. O rio Jequiá passa acerca de 216 metros do sítio e dispõe de água durante todo o ano, atingindo seu nível mais alto por volta dos meses de abril a junho. (BARBOSA, MORAES, 2012: 46,47).

O sítio Mamão – também no município de Campo Alegre-AL –, UTM 803125 E 8906226 S, com dimensões aproximadas de 350X750 metros, dista 5 quilômetros do Sítio Tiborna. Localizado numa área de platô, com altitude aproximada de 130 metros (valor baseado em dados geodésicos obtidos a partir de um GPS), tem como vegetação predominante a cana-de-açúcar, apesar de nas encostas ainda abrigar resquícios de mata atlântica. Próximo ao sítio também há cultivo de outras frutas como o mamão e laranja. O rio Jequiá passa a cerca de 900 metros do sítio e dispõe de água durante todo o ano, além disso, próximo ao sítio também há a presença de fontes d'água que poderiam ter possibilitado os modos de subsistência dos grupos que habitaram aquela região no passado (BARBOSA, MORAES, 2012: 60-62).

O material decorrente do sítio Tiborna se divide entre fragmentos de cerâmica, lascas¹³, núcleos¹⁴, lítico polido¹⁵, material malacológico¹⁶, louça, vidro e alguns outros materiais modernos. No

13 Material lítico geralmente utilizado como lâminas cortantes, que teriam a função de facas (ASSIS, 1996: 77).

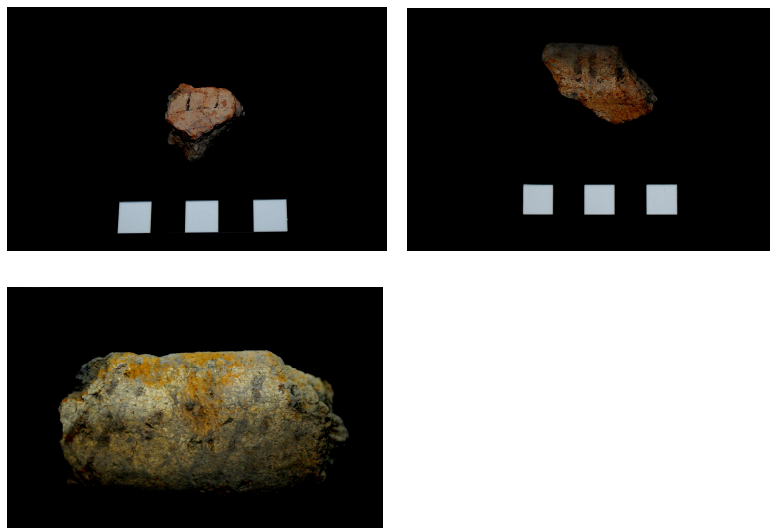
14 Blocos de matéria-prima utilizados na confecção das peças líticas, de onde se obtém uma diversidade de lascas (MARTIN, 1999).

15 Lâminas de machado, enxós, cunhas, pedras para afiar (ASSIS, 1996: 76-77).

16 Conchas de molusco (PROUS, 2007).

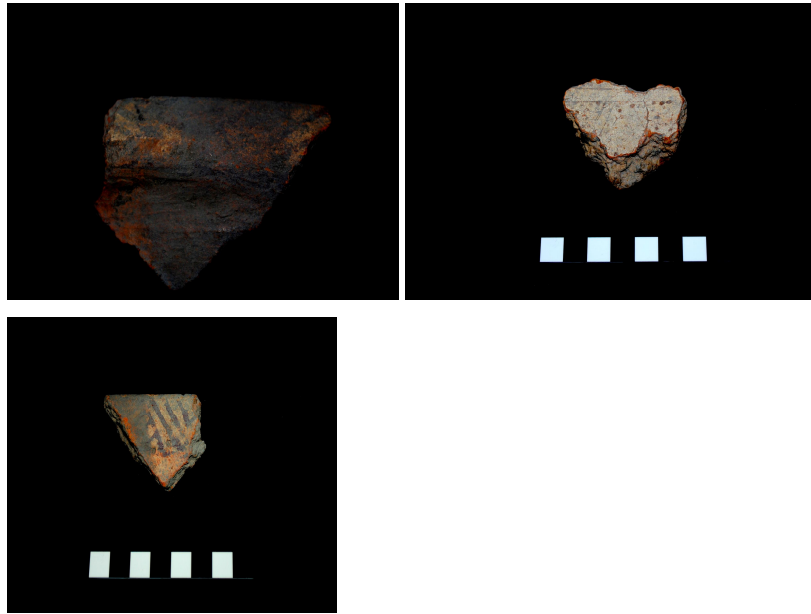
Mamão, fragmentos de cerâmica, lítico e materiais modernos como a cerâmica de torno e vitrificada, foram encontradas no sítio.

Os fragmentos cerâmicos filiados à tradição Tupiguarani no sítio Tiborna correspondem a 1524 artefatos, sendo que sua grande maioria foi encontrada em superfície, devido ao revolvimento do solo ao longo de anos pela cultura da cana-de-açúcar. Desse total, 203 fragmentos das cerâmicas decoradas (13% da amostra) apresentam a superfície pintada, destacando-se os motivos policromos (vermelho e branco), tanto na parte interna quanto externa das peças. Dentre as partes diagnósticas para a análise das peças (borda, bojo, e base), destaca-se a borda, com 11% das amostras, apresentando alguns fragmentos com engobo branco e pintura vermelha, com motivos geométricos. Essas cerâmicas caracterizam-se pela técnica da manufatura acordelada, que consiste na superposição de roletes ou cordões de barro, formando paredes grossas em relação ao tamanho dos vasilhames (BARBOSA, MORAES, 2012).



Material cerâmico pintado (engobo branco e motivos pintados em vermelho). Fotos: Rute Barbosa.

A delimitação do sítio Mamão se mostrou com certa dificuldade devido à altura da cana, que não possibilitou a prospecção completa de todo o terreno, optando-se por tirar os pontos das extremidades com concentração de material, por meio de GPS. Ao contrário do sítio Tiborna, o Mamão apresentou mais artefatos em subsuperfície, mesmo sendo, assim como o sítio anterior, constantemente remexido devido à atividade canavieira. No Mamão, a quantidade de material cerâmico corresponde a trezentos e setenta (370) fragmentos. O material pintado desse sítio é de 22% da amostra, apresentando motivos variados, ocorrendo também fragmentos produzidos na técnica corrugada (1%) e escovada (2%). Assim como no Tiborna, o Mamão apresenta uma grande quantidade de bordas (14% do total de fragmentos), com o bojo em segundo lugar (8%), seguido da base (3%).



Duas bordas pintadas e um fragmento cerâmico também pintado. Fotos: Rute Barbosa.

Considerações sobre Tiborna e Mamão

Voltando a caracterização dos sítios da tradição Tupiguarani apontadas no início desse trabalho, os sítios identificados no município de Campo Alegre não divergem do padrão de assentamento encontrados em outros espaços do Nordeste. Embora seja, inegavelmente, necessário um estudo mais aprofundado na região para uma melhor compreensão de quais atividades eram desenvolvidas pelos índios e como era sua vivência com o meio que os cercava, os trabalhos de prospecção e sondagem apontam para características fundamentais para a ocupação dos terrenos pelos Tupi: a proximidade de cursos d'água – o rio Jequiá – e sua localização sob um platô, sem contar os resquícios de Mata Atlântica ainda presentes no local, apontam as condições básicas para a subsistência do ser humano.

Assis (1996), no que concerne a espacialidade Tupinambá, aponta para os diversos assentamentos presentes no domínio Tupi em uma determinada região, mostrando um embricamento de atividades fundamentais para a manutenção da vida dos indígenas. A pesquisadora, com base em Leroi-Gourhan, para analisar a espacialidade, parte de uma visão geral, procurando entender todo o espaço de domínio e, com o decorrer da pesquisa, vai afunilando até as áreas mais específicas.

O conjunto total [...] é denominado aqui como macro unidade espacial. Neste nível de análise é possível compreender de forma integrada os vários espaços que compõe o sistema de assentamento. Cada um dos assentamentos conceituados como micro unidade espacial [...] compreende as ocupações instaladas em diferentes áreas de território que permitem a execução de atividades especializadas de exploração do ambiente, estando todas interligadas. No interior da micro unidade espacial [...] pode ser encontrado locais especializados para a execução de diferentes atividades,

denominados área de atividade. A área de atividade pode, muitas vezes, ser composta por espaços ainda mais particulares, onde são desenvolvidas atividades específicas ou uma etapa da atividade que caracteriza a área, este espaço é conceituado como local de atividade especializada (ASSIS, 1996: 37,38) (Grifos nossos)

Compreender que os Tupi edificavam diferentes construções para variadas formas de atividades, seja na aldeia, na mata, na roça ou nas zonas de pesca, é de fundamental importância para uma melhor compreensão da vida dos mesmos, pois mostra um entendimento do ambiente por parte dos nativos que se constitui numa características dos povos desse lado do Atlântico que é (era) singular em todo mundo e que merece um olhar cada vez mais sério em suas interpretações, já que fazem parte de toda uma estrutura complexa que por muito tempo (e ainda hoje o é) foi relegado ao *status* de pertencerem a culturas que ainda não haviam saído da Idade da Pedra, conotação completamente errônea da vida das sociedades americanas pré-coloniais, cujo a qual sua interação com o meio ambiente e a utilização de seus recursos atingira um grau sem precedentes.

Apontar aqui a qual unidade de atividade corresponderia aos sítios Tiborna e Mamão, ou qual a relação que os dois teriam um com o outro, seria muito precipitado. A pesquisa até o presente momento não aponta, mas irá apontar para considerações mais profundas a respeito dos assentamentos. A necessidade de estudos mais diretos e duradouros na região se faz imprescindível para a formulação de hipóteses que levem a interpretações mais coerentes sobre os índios.

Os estudos realizados com a cerâmica Tupi, por meio da identificação de a qual tipo de utensílio do cotidiano um artefato poderia está relacionado, permitem elucidar a serventia de cada objeto no dia-a-dia e na interação entre os membros do grupo. Cada objeto tinha sua finalidade. Existiam as vasilhas para acondicionar (bebidas e farinhas, principalmente), para processar alimentos (cozinhar, assar) e as de servir (ASSIS, 1996: 71). Em rituais antropofágicos, descritos por cronistas, pode se ter um exemplo da importância de tais produtos na cultura Tupi, onde as vasilhas eram decoradas com pinturas variando nas cores básicas preta, vermelha e branca com desenhos de representações geométricas, o que demonstra a complexidade estilística das ceramistas (ASSIS, 1996: 74). Tal atividade pode ser vista como elemento representativo de um povo e que os une na forma de entender o mundo a sua volta.

O estudo do indígena brasileiro se faz importante para tirar a ideia (infelizmente ainda muito presente no pensamento popular, embora o quadro venha sendo mudado ao longo dos anos) de que esses homens não eram nada mais que selvagens primitivos alheios a uma sociedade “civilizada” como a nossa, visto como homens infelizes por não pertencerem ao mundo ocidental. De acordo com Gabriela Martin, o estudo da pré-história do Nordeste do Brasil:

[...] pretende chegar a conhecer as origens do povoamento, as tradições culturais dos caçadores-coletores e dos agricultores, as estratégias de sobrevivência dos diferentes grupos que povoaram a região desde o fim do pleistoceno e a sua evolução para o estágio agrícola, até o contato com o europeu e o estabelecimento das missões religiosas no Nordeste. Os aldeamentos dos grupos indígenas em estruturas missionárias, diferentes às próprias, significou o começo da perda da identidade indígena, de forma que a integração das populações indígenas na história colonial assinala também o termino cultural da pré-história, independentemente do fator cronológico (MARTIN, 1999: 330).

Todo um desenvolvimento técnico, adaptado ao meio em que viviam, fora desenvolvido pelos indígenas na América do Sul, mas que acabam por ser relegadas ao segundo plano (ou, geralmente, nem a isso) por não se compararem aos inventos e história dos europeus. É preciso entender que as culturas das Américas se constituíam em culturas originais, sem parâmetros ao redor do globo, cujo as quais devem ser melhor compreendidas para que o descaso com esses povos seja superado e que o aprendizado que se pode tirar deles seja enaltecido.

Bibliografia

- ALBUQUERQUE, Marcos, LUCENA, Valeda e NOGUEIRA, Rúbia. Levantamento Histórico-Arqueológico da zona urbana de Porto de Pedras/AL. Relatório Técnico. Arquivado na 17ª SR/IPHAN. 2008.
- ALBUQUERQUE, Marcos, DUARTE, Milena, LUCENA, Valeda e UCHÔA, Silvia. Prospecção Arqueológica de Superfície e de Subsuperfície e Monitoramento Arqueológico nas áreas fora da faixa de domínio da rodovia BR 101, no Lote 07 do Estado de Alagoas: Relatório de prospecção arqueológica nas áreas E10A, E2B, E5B, E4C e AREAL BOACICA. Relatório Técnico. Arquivado na 17ª SR/IPHAN. 2012.
- ALLEN, Scott J. et al. Prospecção Arqueológica na Praia do Morro, Passo de Camaragibe – AL: Empreendimento Hoteleiro Pontal de Camaragibe. Relatório Técnico. Arquivado na 17ª SR/IPHAN. 2008.
- _____. Estudos Arqueológicos nas áreas Tranquilidade e Djalma, Usina Coruripe, AL. Relatório Técnico. Arquivado na 17ª SR/IPHAN. Coruripe, 2010.
- ASSIS, Valéria Soares de. Da Espacialidade Tupinambá. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, 1996.
- BAHN, Paul. Arqueologia: Teoria, Metodos y Practicas. Akal, ed. 2. 2011.
- BARBOSA, Rute Ferreira e MORAES, Flávio A. A. Estudos Arqueológicos nos municípios de Campo Alegre e Jequiá da Praia, Alagoas. Relatório. Núcleo de Ensino e Pesquisa Arqueológica. Arquivado na 17ª SR/IPHAN. Maceió, 2012.
- BICHO, Nuno Ferreira. Manual de Arqueologia Pré-Histórica. Editora 70, 2006.
- BROCHADO, José Proenza. A Expansão dos Tupis e da Cerâmica da Tradição Policroma Amazônica. Dédalo, S. Paulo, 27:65-82, 1989.
- CHIAROTTI, Tiziano Mamede. O Patrimônio Histórico Edificado como Artefato Arqueológico: Uma Fonte Alternativa de Informações. Habitus, Gôiania, v.3, n.2, p. 301-319, jul./dez. 2005.
- DANTAS, Beatriz G., SAMPAIO, José Augusto L., CARVALHO, Maria Rosário G. de. Os Povos Indígenas no Nordeste Brasileiro: um esboço histórico. in História dos Índios no Brasil/Manuela Carneiro da Cunha (organizadora). São Paulo, Cia das Letras, Secretaria Municipal da Cultura/FAPESP, 1992.
- FUNDAÇÃO SERIDÓ. Salvamento Arqueológico GASALP. Relatório Técnico Final. Vol. I. 1999.

- FUNARI, Pedro Paulo Abreu. Os Historiadores e a Cultura Material. In Fontes Históricas. Carla Bassanezi Pinsky (Org.), São Paulo, Editora Contexto, 2006, 81-110.
- _____; NOELLI, F. S. Pré-História do Brasil. São Paulo. Contexto, 2002.
- GONZÁLEZ, Erika M. Robrahn, MOI, Flávia Prado, MORALES, Walter Fagundes e VIVA, Luiz Augusto. Programa de Resgate Arqueológico Gasoduto Carmópolis-Pilar, Estado de Sergipe e Alagoas. Relatório Técnico. Arquivado na 17ª SR/IPHAN. Porto Seguro, 2007.
- GONZÁLEZ, Erika M. Robrahn. Obras de Implantação do Resort “Onda Azul”: Programa de diagnóstico do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural. Relatório Técnico. Arquivado na 17ª SR/IPHAN. 2004.
- MARTIN, Gabriela. Pré-História do Nordeste do Brasil. Recife, Editora Universitária da UFPE, 1999.
- MOI, Flavia Prado e MORALES, Walter Fagundes. Programa de Prospecção Arqueológica para a Barragem Major Nabé em Penedo, Alagoas. Relatório Técnico. Arquivado na 17ª SR/IPHAN. Ilhéus, Bahia, 2008.
- MOI, Flavia Prado e JUNIOR, Pedro Alzair. Programa de Diagnóstico e Prospecção arqueológica para o Estaleiro EISA ALAGOAS, município de Coruripe, Alagoas. Relatório Técnico. Arquivado na 17ª SR/IPHAN. Ilhéus, 2010.
- NOGUEIRA, Mônica Almeida Araújo. A cerâmica Tupinambá na Serra de Santana – RN: O sítio arqueológico Aldeia da Serra de Macaguá I. Dissertação de Mestrado. Recife: O autor, 2011.
- PESEZ, Jean-Marie. História da Cultura Material. In A História Nova. Jacques Le Goff, São Paulo, Martins Fontes, 1993.
- PROUS, André. Arqueologia Brasileira. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1992.
- _____. O Brasil Antes dos Brasileiros. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2007.
- _____. A Pintura em Cerâmica Tupiguarani. Ciência Hoje, vol. 36, nº 213, março de 2005.
- TELLES, Márcio A. Projeto de Levantamento do Patrimônio Cultural na área diretamente afetada pela Barragem de Curso D’água para Adução e Irrigação – Riacho Balsamo – AL/PE. Relatório Técnico. Arquivado na 17ª SR/IPHAN. Goiânia, 2002.
- <http://www.fumdham.org.br/sitiosarg.asp>
- <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12944&retorno=paginalphan>
- http://www.coletiva.org/site/index.php?option=com_k2&view=item&id=72:arqueologia-no-sert%C3%A3o